



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
COMARCA: PAULISTA – 1ª VARA CÍVEL
TIPO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
PROCESSO Nº: 0259554-8/01
EMBARGANTE: SEBASTIÃO ANTONIO DOS SANTOS E OUTRO
EMBARGADO: ROBERTO MANUEL DE MELO
RELATOR: DES. ITABIRA DE BRITO FILHO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÕES E CONTRADIÇÕES. ARTIGOS LEGAIS. INEXISTÊNCIA. QUESTÕES DEVIDAMENTE ESCLARECIDAS NOS FUNDAMENTOS DO RECURSO DE AGRAVO ANTERIOR AOS PRESENTES EMBARGOS. HIPÓTESES DO ART. 535, DO CPC, NÃO CONFIGURADAS. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO. PREQUESTIONAMENTO APENAS.

1- Aclaratórios opostos com o escopo de ver sanadas supostas omissões e contradições do acórdão proferido em sede de Recurso de Agravo, especificamente quanto ao cerceamento de defesa no primeiro grau, pois ao julgar antecipadamente a lide, acabou por cercear o direito de defesa da parte, ao não realizar produção de prova testemunhal.

2 - O acórdão embargado trata, claramente, dos requisitos necessários à aquisição da propriedade por usucapião. Restou comprovado, com base nas provas colacionadas aos autos, que a parte autora era mero detentor da posse, uma vez que trabalhava como caseiro do antigo proprietário, ausente o requisito do *animus domini*, em que pese a posse mansa e pacífica.

3 - O fato do julgador não explicitar o dispositivo legal trazido pela parte não caracteriza a omissão do julgado, haja vista que o entendimento foi firmado com observância da legislação e jurisprudência aplicáveis ao caso concreto.

4 - Não é obrigatória a apreciação exaustiva de todos os argumentos levantados pela parte, assim como a consignação expressa dos dispositivos legais trazidos, bastando que o julgador enfrente a questão principal e suficiente da demanda.

5 - Matéria devidamente tratada nos fundamentos do recurso anterior aos Embargos de Declaração.

6 - Não restaram configuradas as hipóteses previstas nos incisos I e II, do Art. 535, do CPC. Aclaratórios não servem como instrumento processual que visa tão somente rediscutir pronunciamentos judiciais, não se prestando ao reexame da matéria discutida.

7 - O prequestionamento, enquanto exigência para a admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, está atrelado à manifestação sobre determinada questão jurídica e não em relação a manifestação explícita sobre esse ou aquele dispositivo de Lei.

8 - Não há que se falar, pois, em prequestionamento, eis que somente se afigura possível o acolhimento dos Aclaratórios, inclusive para esse fim, quando presente algum dos vícios do Art. 535, do CPC, o que não é o caso.

9 - Embargos Rejeitados. À unanimidade.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração de nº 0259554-8/01, em que figuram como partes como Embargante **SEBASTIÃO ANTONIO DOS SANTOS** e **OUTRO** e como Embargado **ROBERTO MANUEL DE MELO**, acordam os Exmos. Srs. Desembargadores componentes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **REJEITAR** os presentes Embargos de Declaração, tudo na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 29-05-2014

DES. ITABIRA DE BRITO FILHO

- Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **PAULISTA - 1ª VARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº: **0259554-8/01**
EMBARGANTE: **SEBASTIÃO ANTONIO DOS SANTOS E OUTRO**
EMBARGADO: **ROBERTO MANUEL DE MELO**
RELATOR: **DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

RELATÓRIO:

Os Embargantes ingressaram com os presentes Aclaratórios em face de acórdão prolatado por esta Câmara em Recurso de Agravo interposto anteriormente, que, à unanimidade de votos, negou provimento ao recurso, mantendo a decisão proferida no Recurso de Apelação nº 0259554-8.

Sebastião Antônio dos Santos e Outra, ora Embargantes manejaram Apelo Voluntário contra sentença de primeiro grau que julgou improcedente o pedido dos autores, cuja pretensão restringia-se ao reconhecimento da aquisição dos terrenos dos lotes nº 03 e 04 do Loteamento Coroa Grande, Pau Amarelo, Paulista/PE, através da usucapião. Para tanto, alegaram posse mansa e pacífica do bem por mais de 14 (catorze) anos.

Ao referido recurso foi negado seguimento em razão de manifesta improcedência, pois ausentes os requisitos desta via recursal.

Contra tal julgamento foi interposto Agravo Legal, ao qual se negou provimento, posto que latente a rediscussão da matéria, ausente qualquer fato novo a impulsionar a revisão da decisão em comento.

Diante do exposto, a parte autora manejou os presentes Aclaratórios para o fim de sanear contradição/obscuridade do acórdão recorrido. Afirma que a decisão de piso padece de equívoco, posto ter procedido ao julgamento antecipado da lide, com base em provas apenas documentais, sem a oitiva de testemunha fundamental ao deslinde da demanda.

Prequestiona, portanto, de forma geral, todas as violações legais e questões fáticas suscitadas.

É o relatório.

Independente de inclusão em pauta, apresento o feito à mesa para julgamento, na conformidade do Art. 85, d, do RITJ/PE.

Recife, 29.05.2014.

DES. ITABIRA DE BRITO FILHO
- Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **PAULISTA – 1ª VARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº: **0259554-8/01**
EMBARGANTE: **SEBASTIÃO ANTONIO DOS SANTOS E OUTRO**
EMBARGADO: **ROBERTO MANUEL DE MELO**
RELATOR: **DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

VOTO:

Os presentes Aclaratórios foram intentados com o escopo de ver sanadas supostas obscuridades e contradições do acórdão proferido por esta Câmara, em sede de Recurso de Agravo, especificamente quanto ao cerceamento de defesa, uma vez que o magistrado de piso decidiu antecipadamente a lide, com base nas provas documentais, sem oportunizar a produção de prova testemunhal.

Analisando os autos, insta destacar que o acórdão trata, claramente, dos requisitos para aquisição de propriedade por usucapião. Dos autos restou comprovado que os Embargantes eram apenas detentores do imóvel, pois o Sr. Sebastião Antonio era caseiro do antigo proprietário, exercendo a posse em nome alheio, fato que desautoriza o reconhecimento do instituto da usucapião no caso em concreto. Exige à lei, além do prazo a posse com *animus domini*.

O fato do julgador não explicitar dispositivos legais trazidos pela parte não caracteriza a omissão/contradição/obscuridade do julgado, haja vista que o entendimento foi firmado com base na legislação e jurisprudência aplicáveis ao caso concreto.

Ora, o julgador, ao apreciar a questão trazida a cotejo judicial, não responde argumento, eis que sua obrigação funcional, na realidade, é julgar a causa resolvendo o litígio. Não há, pois, qualquer exigência de que deva existir resposta de "ponto por ponto" alegado pela parte, tampouco que devam estar consignados no julgado, expressamente, todos os dispositivos legais trazidos pelos litigantes, principalmente quando o argumento não estiver embasado em provas.

Desse modo, desnecessário discorrer a respeito de toda a legislação trazida pelos Embargantes, quando da fundamentação restam evidentes as razões que alicerçaram o reconhecimento da inadmissibilidade, conforme a legislação pertinente.

Desta feita, como já consolidado pela jurisprudência, não é obrigatória a apreciação exaustiva de todos os argumentos levantados no decorrer do processo, bastando que o julgador enfrente a questão principal e suficiente da demanda, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS INEXISTENTES. (ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. FALTA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA EM CERTAME LICITATÓRIO. MERA IRREGULARIDADE.) 1. Os órgãos julgadores não estão obrigados a examinar todas as teses levantadas pelo jurisdicionado durante um processo judicial, bastando que as decisões proferidas estejam devida e coerentemente fundamentadas, em obediência ao que determina o art. 93, inc. IX, da Constituição da República vigente. Isto não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. Precedentes. 3. [...] (EDcl no REsp 947.953/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Jul. em 23/11/2010, DJe 02/12/2010, sem grifos no original).

Assim sendo, por não preencherem os requisitos estabelecidos nos incisos I e II do Art. 535 do Estatuto dos Ritos, entendo que os presentes Aclaratórios devem ser rejeitados.

Fórum Thomaz de Aquino, 2º andar, sito na Avenida Martins de Barros, nº 593 Bairro de Santo Antonio – Recife – PE – CEP 50.010-230 - Fone: 3419.3622 *02



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

Desse modo, consoante expressamente consignado no referido Art. 535, II do CPC, os Embargos Declaratórios não têm a finalidade de rediscutir pronunciamentos judiciais, não se prestando ao reexame da matéria discutida, mas tão somente sanar obscuridade, contradição ou omissão que possam alterar a substância do julgado, hipóteses inexistentes no presente caso.

Não há que se falar, pois, em prequestionamento, eis que somente se afigura possível o acolhimento dos Aclaratórios, inclusive para esse fim, quando presente algum dos vícios do Art. 535 do CPC. Nesse sentido, colaciono abaixo o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO. PRETENSÃO DE PREQUESTIONAR MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. Os embargos de declaração são cabíveis quando a decisão padece de omissão, contradição ou obscuridade, consoante dispõe o art. 535 do CPC, bem como para sanar a ocorrência de erro material. 2. Na espécie, ausente vício no acórdão a ensejar o acolhimento do recurso integrativo, uma vez que a pretensão da empresa embargante é tão somente, na via eleita, obter a manifestação deste Tribunal sobre preceito constitucional, para fins de prequestionamento. 3. **O acolhimento de embargos declaratórios, até mesmo para fins de prequestionamento, impõe a presença de algum dos vícios previstos no art. 535 do CPC. Dessarte, tendo em vista a não configuração de nenhum deles, na conformidade da manifestação supra, a rejeição do presente recurso integrativo é mister.** [...]. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no Ag 1165908/RJ, Rel. Min. Benedito Gonçalves, 1ª Turma, Jul. em 24/11/2009, DJe 01/12/2009, sem grifos no original).

O prequestionamento, portanto, enquanto exigência para a admissibilidade dos recursos especial e extraordinário está atrelado à manifestação sobre determinada questão jurídica e não em relação a manifestação explícita sobre esse ou aquele dispositivo de Lei.

Por todo o exposto, conheço e **REJEITO** os presentes Embargos de Declaração, mantendo, em todos os seus termos o Acórdão prolatado no Recurso de Agravo.

É como voto.

Recife, 29.05.2014.


DES. ITABIRA DE BRITO FILHO
- Relator -